

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## **NO VASTO PANORAMA DA TRADIÇÃO HISTÓRICA DE GUIMARÃES. UMA CENTÚRIA DE LABOR COMERCIAL NA MESMA FAMÍLIA.**

ALMEIDA, Eduardo de

Ano: 1942 | Número: 52

---

### **Como citar este documento:**

ALMEIDA, Eduardo de, No vasto panorama da tradição histórica de Guimarães. Uma centúria de labor comercial na mesma família. *Revista de Guimarães*, 52 (1-2) Jan.-Jun. 1942, p. 68-80.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## No vasto panorama da tradição histórica de Guimarães -- uma centúria de labor comercial na mesma família (\*)

---

O rude luso castrense, frugal e ágil, de longos cabelos, o saio de linho, a couraça de couro, a lança em cúspide de bronze (1), deixara, compelido pelas novas armas mais guerreiras e experientes das legiões romanas, que êle honrou tingindo-as com seu generoso sangue viril de combatente indômito, o ninho de águas, construído amorosamente entre as fragas dos píncaros altivos — e descera às planícies, ainda, ao menos em grande parte, emaranhadas em selva, e que os quatro séculos de civilização latina arroteariam em glebas férteis. Expulso do lar, dominado, primeiro, e atraído mais tarde, pela nova ordem jurídica e econômica, de principal carácter agrícola, na sua alma forte, zelosa de autonomia e independência, não se apagaram por certo logo de sôpro os vestígios da civilização micénica (2), em que vivera, e ainda hoje podemos admirar na ornamentação das casas, dos monumentos e na cerâmica da Citânia de Briteiros.

Era, aqui, um lugar singularmente situado para se converter primariamente em magnífico centro do vasto aglomerado dessas colmeias humanas, como ponto de convergência da cadeia de montes, sobranceiros aos vales do Ave, do Vizela, e do Selho, por onde elas se espalhavam como altas sentinelas de vigia, e como estância de comunicação em relação com outros

---

(\*) Conferência realizada no Grémio do Comércio de Guimarães, na noite de 1 de Julho de 1942.

núcleos, devotos e laboriosos; além de atractivo pela risonha amenidade da paisagem, a esplêndida abundância das águas e a fertilidade magnífica do solo. Outras incursões haviam passado, tornaram a passar, e, de sua peregrinação, ficara a marca da romagem no relêvo do seu génio: o potencial de labor material e artístico do montanhês ia assim aumentando seguramente.

A piedade faz erguer o Mosteiro de Mumadona — o esplendor da fé, a nova palavra de Cristo, que entra no seio dos humildes, derrama-se por largo e vasto, e as almas acodem; a necessidade da defesa, porque já havia interêsses criados a defender, edifica o Castelo — é a disciplina, em outras milícias, dos velhos guerreiros audazes.

E assim aquele selecto lugar, que apenas vemos, nos mais antigos documentos, apagado como vila ou herdade, granjeia importância privilegiada: talvez o escolhido para o ajuntamento dos Magnates em 960 <sup>(3)</sup> e aquele onde o Conde de Borgonha, com sua colónia de francos, fixa a sede do Condado, ao casar com a filha de D. Afonso VI. Daqui se levanta nessa rumorosa manhã sanjoanina, entre ramos esparsos de cravos vermelhos de sangue rútiio, o sol claro e forte da nossa vida nacional: do alto das ameias do Castelo, sob a nave do Mosteiro, então, primeiro, ecoa, em alardo de independência, o nome de Portugal.

Eis como nos sorri em bênção natalícia, ao abriremos a História Pátria, a memória querida de Guimaraes:

“Se olharmos para o monte glorioso donde... o Castelo se ergue como testemunha secular do nascimento de uma nação, veremos... um ninho de aves possantes... e surge diante de nós a vida simples mas certa, anónima e amorfa, mas indomável ou irreprimível, de um povo de quem os pergaminhos não falam, mas onde elètricamente latejava a vontade, a *energia moral*, de nascer e viver. Então comprehendis ou sentis como Portugal conseguiu ser Portugal, quando à volta era tudo contra êle” — assim o disse o Mestre insigne Dr. Agostinho de Campos <sup>(4)</sup>.

A honrosa e afamada tradição histórica dêsse povo, simples e grande, nosso avô, já a escreveram,

com aturada investigação e lúcido critério, vimaranenses ilustres — Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, o Abade de Tágilde-João Gomes de Oliveira Guimarães, João de Meira, Alfredo Pimenta, Mário Cardoso, Alfredo Guimarães, Luís de Pina, além das sempre curiosas e importantes monografias do Padre Torcato Peixoto de Azevedo e do Padre António José Ferreira Caldas.

E, já também, felizmente, se começou a escrever sôbre a não menos honrosa tradição do seu labor — o árduo Labor da Grei, através a vária tormenta dos séculos — obra que com certeza encerra profundos ensinamentos de emoção espiritual, de vigoroso aplicamento ao trabalho, severa austeridade de costumes, operosas canseiras, génio e disciplina. De que ela vem de muito longe se pode inferir, sem êrro grave, da própria natureza da formação espontânea do agregado, e até êste mesmo nos explica a razão do logo notável progredimento e fama de indústrias tão antigas como o nosso velho burgo — a dos linhos e bragais, a dos coiros e suas applicações, a cerâmica —, e do carácter e importância dos dois monumentos — o Mosteiro e o Castelo — à sombra dos quais prosperava, em florescência religiosa e viril, o das mais indústrias necessárias à actividade bélica e ao culto e cerimónias litúrgicas.

A fixação da sede do Condado; a Côrte com seu fausto; os conhecimentos trazidos pelos francos e outros, vindos, ao sabor da aventura cavalheiresca, de várias terras, estranhas e distantes; a preponderância de Guimarães durante a dinastia afonsina, com frequentes visitas do Rei e seus companheiros de armas, conselheiros, letrados, dignidades eclesiásticas, trovadores, mesterais de serviço; centro de fé, de espírito heróico, de arte e de cultura — são outros tantos impulsos determinantes e sugestivos da sua operosidade em diversos ramos e formas do florescimento architectural (<sup>5</sup>), do engenho artístico, do emprêgo das vocações operárias, do incremento das indústrias na oficina e no lar, e da consolidez na vida do comércio.

Não faltam indícios positivos em velhos documentos: a carta de 1258, a regular a Feira do Castelo, é

bem patente do largo âmbito das transacções nela feitas; a Carta de D. Dinis, de 1318, que confirma as posturas do Concelho, mostra não só quanto se desenvolvera o fabrico do vinho e do pão, mas como trabalhavam os que faziam as candeias da cera e do cebo e os ferreiros (já em 1206 havia uma rua Ferreira ou da Ferraria) os cravos e as fechaduras; por um documento de 1348 se comprova a existência de vários officios — alfaiates, tosadores, sapateiros, soqueiros, ferreiros, ourives, mercadores, além dos trabalhadores agrícolas; e a toponímia local, desde 1151, apresenta alguns dados insofismavelmente característicos não só da existência como do arruamento de certas profissões — a Rua Sapateira, a da Forja, a Correeira, a Peliteira, a Caldeiroa, a dos Mercadores (1341), a de Coiros, a Seleira, a das Tendras (6)...

E a História passa. D. João I, ao abrir a dinastia de Avis, renova o prestígio do nome de Guimarães, que o alumia em Aljubarrota como alumiaara Afonso Henriques em S. Mamede; recresce o fausto da Colegiada Insigne, para onde esculpem os lavrantes de oiro seus anseios de arte; um outro majestoso e senhoril monumento se levanta — o Paço dos Braganças.

A herança do sangue laborioso, a lição do tempo, as novas inquietações do século, o criar de outras necessidades em relação com os costumes de mais apurado feitio, o zêlo da passada grandeza e o ciúme em não desmerecê-la, refervilham na tumultuosa actividade da gente vimaranense. A prova, solene como escritura do feito, a vamos encontrar palpável no célebre foral de D. Manuel de 1517, consertado e escrito por Fernão de Pina: «Índice completo, no dizer de Alfredo Pimenta, da actividade económica dêste povo de lavradores, artífices e comerciantes, no princípio do século XVI, que não pode deixar de ser o eco da sua vida de sempre».

Estes anos de Quinhentos evocam-nos uma das páginas mais dolorosas da vida do mercador vimaranense. (Eu já tive ensejo, há talvez 17 ou 18 anos, de me referir a ela, com certo desenvolvimento, nesta mesma sala, em conjuntura de suplício igual ao que estou a sofrer e a fazer-vos sofrer agora (7).)

Dolorosa, mas de tocante, maravilhoso poder de sugestão histórica.

Do Regimento de Salários e Preços de 1522, para Guimarães<sup>(8)</sup>, se pode inferir o muito que incrementara, e em certos ramos com notada fama, a nossa actividade económica na indústria e no comércio. Era, agora, o mar que seduzia e arrastava os mais audazes, pois, mar ao largo, se traziam e levavam riquezas imensas: e o mercador vimaranense, no desejo de o sulcar com os tantos magníficos produtos da sua terra, e de se fornecer de géneros e utensílios estranhos, abalçou-se à temerária emprêsa, já quando os piratas franceses, atrevidos e cruéis, se habituavam a assaltá-los, despojando-os à mão armada, em terríveis abordagens traiçoeiras, de tôdas as mercadorias, haveres e das próprias roupas. Mas o mercador vimaranense não era homem de se acobardar, e até o ver-se completamente pobre, quando já lhe sorria a esperança de certo bem-estar, tão duramente castigado e ganho em cálculos, dispêndios, talvez empréstimos, sacrifícios e riscos, mais o havia de espicaçar: Álvaro Gonçalves é assaltado em 1513 e 1515<sup>(9)</sup>.

Como devia soar em alvoroçada comoção aos ouvidos das mães, das espôsas, das filhas ou até mesmo das noivas dêstes lutadores pela vida, a braços com a morte no alterar das vagas ou no arcabuz, machado ou punhal assassinos dos sicários, o toque crepuscular de Trindades, mãos erguidas, ajoelhadas no silêncio ermo e triste do seu oratório familiar...

E o fio da História continua a dobar-se. Seiscentos. A *Casa da Câmara*, de pedra de cantaria, assente sôbre arcos de pedra, que davam para a Praça antiga e para a nova — que se abrira no Rossio da Igreja de S. Tiago, para, em suas boticas, as pescadeiras venderem o peixe (1605) —, com três janelas, uma ao meio, de peitoril, e duas rejas, com as armas reais, tudo em pedra lavrada, e tinha, dentro, uma capela, na qual se dizia a missa do Espírito Santo, às quartas e sábados — dias de Vereação —, instituída pelo Doutor Baltasar Vieira, dentro de pouco reformada e ampliada desde os alicerces por João Lopes de Amorim, o imaginário de pedraria (1628), sendo encarregado Pero de Almeida de pintar as armas, grades, janelas e esferas;

o *Paço do Concelho*, em que se fazem, ao toque de aviso do sino (em 1606 o de correr, que dali fôra para o Castelo, talvez outro em 1662) as audiências, a confrontar do nascente com a *Rua dos Açoutados*; a *Casa dos Açougues públicos*, com talhos, logo ao descer das escadas da Câmara e Paço, debaixo das casas de «Lianor de Maçonhas», dona viúva do Licenciado Gaspar Lopes de Carvalho, com grades de pau e cadeiras de estado para os almotacéis se sentarem e repartirem a carne; as Casas chamadas *Alfândegas*, a entestar com a Rua de Santa Maria, que arderam, e a *Casa da Recolha dos mantimentos*, defronte de S. Sebastião, que tinha seu regulamento no Acôrdo da Câmara de 14-Dezembro-1613; a *Rua das Fargas*, o *Outeiro da Fôrca*, em Urgeses, junto a Vila Verde, e a *Estalagem do Mata-Diabos*, na *Rua da Ponte Nova*, e a de António de Freitas, que tinha privilégio real...

O povo estava na posse de ver do Muro do Tourel as festas, jogos e corridas, que se davam no Rossio e de se sentar junto a êsse muro «a tomar o fresco e o calor, de verão e inverno»; e como já tentassem alterar o muro, com o erguer paredes nêle apoiadas, ou abrindo passagens, e ousassem mesmo, para afugentar as gentes, lançar imundícies, o que sempre levantava protestos, recorreu à Governança para que mantivesse livre a servidão de uma Tôrre à outra: e a Vereação foi em corpo desagrar a ofensa. Foi a mesma que acordou com os da Governança se proibisse as mulheres de trazerem saia coberta pela cabeça, de dia ou de noite<sup>(10)</sup>.

A fama de certas pasteiras ficou perdurável — e muito grato ao paladar nos seria assistir e provar das várias massas e deliciosos empadões da examina para o exercício do mister...

Dentro da Porta da Vila, com sua Tôrre, onde havia dois pombais, que deitava para o Campo da Feira, em pilares de madeira, com sobrado por cima, estava um altar a Nossa Senhora, onde se dizia missa, e por baixo do qual se fazia o trânsito.

As procissões: a da Candeia, a do Anjo, a de Corpus com seus pomposos e tradicionais impérios,

dansas e costumes; a de S. Gualter, com seu acompanhamento de carpinteiros, pedreiros, banheiros, cuteleiros, serralheiros, oleiros, ferreiros...

As indústrias, e comércio, ainda tôdas fulgentes da maravilha Quinhentista, prosperavam ou amoleciam ao sabor da corrente, mas tiveram duas fôrças animadoras pujantemente — o luxo e a guerra. Dois grandes e poderosos dissipadores. A guerra trouxe-nos, com duras privações — chegou a alarmar o não haver braços para as lides rurais —, um grande esforço para os nossos ferreiros, armeiros, arcabuzeiros...

O mercado do linho tornara-se notável. Estrangeiros afluíam a comprá-lo e desfaziam o negócio dos mercadores vimaranenses. Já em 1619 a Câmara intimava um *mercador de Sevilha* a retirar-se e as Vereações tomavam providências reguladoras do mercado para fora do linho e do pano de linho. Novamente, em 1640, a Vereação providencia sôbre as comissões de compra. Em 644-648 trava-se litígio com João de Barros, homem que, de pobrete, avezava alguns mil cruzados e andava a jogar o dado pelas estalagens, onde entretinha os compradores de fora — para melhor fazer seu negócio, acusado de atravessador e com ares e traças de monopolista. Nos Capítulos apresentados às Côrtes pelos Procuradores de Guimarães, em 1683, se dizia que o principal trato da Vila era o do linho, baetilhas e panos de linho, que dela saíam e importavam em mais de 200 mil cruzados em cada ano <sup>(1)</sup>. Com a «felice restauração» cessara o trato, voltara a esperança quando as portas se abriram, mas os atravessadores meteram-se de per-meio, compravam por menos do justo valor — e pediam providências. Autorizada, a Câmara lavrou um Acórdão sôbre a venda de linho, pano de linho, estopa e baetilhas, de que pede a confirmação em carta de 1 de Janeiro de 1655. Em 87, os mercadores começam a mandar tingir os panos, o que levanta protestos, porque não só lhes encobriam assim a ruindade, mas porque faziam encarecer a lenha e contaminavam as águas. Mas a tinturaria estabelece-se e desenvolve-se em Guimarães, o que provoca várias decisões da Câmara. E' muito curioso o Acórdão das Posturas de 1692 — nêle se previnem os mercadores de que

não devem, sob pena de multa, medir as peças senão pelo fêsto e não sôbre o mostrador <sup>(12)</sup>.

Seiscentos, com as suas agruras (em 1614 houve *alardo geral* porque não havia pão na Vila para mantimento de tanta gente junta), o domínio espanhol, a pressão de novos interesses, a natural desconfiança entre os próprios conterrâneos sôbre a sua fé patriótica, as incertezas, a alegria intensa da Pátria restaurada, os grandes sacrifícios do Povo na luta para a manter livre e honrada, Seiscentos passa, e apaga-se do tempo. A Guimarães de então podemos conhecê-la das Memórias do Padre Torcato Peixoto — e há um precioso elemento, que nos faz como passear as ruas e conhecer os moradores da Guimarães de Setecentos: No ano de 1708, a Vereação mandou fazer a chamada Repartição da Sexta parte, em que se fintavam as freguesias do Têrmo da Vila, para pagamento das amas que criavam os enjeitados. Ali vemos a nomenclatura das ruas, os apelidos, muitos nossos conhecidos e até alguns em pessoas da mesma família que seguem ainda a mesma profissão, alcunhas, certas muito curiosas e ainda hoje perdurando, os modos de vida e até mesmo como artes, ofícios e comércios se agrupavam <sup>(13)</sup>.

Algumas alcunhas curiosas: a *Lisboa*, da Praça do Peixe; a *Tremoleira*, da Rua do Cano; a *Viúva do Roixo*, que morava na Rua do Espírito Santo; o *Redondo*, alfaiate, da Rua dos Mercadores; o *Calvo*; só nas Hortas do D. Prior, havia as *Galegas*, a *Rata*, a *Monja*, o *Perigoso*; a *Ligeira* que, aliás, casara e vivia com o marido — o *marido da Ligeira*, da Pupa; o *Estoque*, de Trás-o-Muro; a *Peneda*, vendeira no Tournal; a *Manuelinha*, da Ramada; a *Lixa*, de Vila-Verde; a *Viúva do Pitada*, a *Pacheca*, a *Sodré*, solteirinha...

Isabel Luís, da Rua de S. Tiago, era pescadeira; na Rua Escura, havia um cereiro, o João de Freitas; na Praça do Peixe, dois pasteleiros: o Bento de Sousa e o António Ferreira; na Rua das Pretas, um tintureiro: «o genro de Francisco Peixoto»; ao Tournal, dois espadeiros: João da Mota e António Pacheco; trabalhava nas Molianas um oleiro: Joaquim Pereira; no Guardal, o Manuel Martins, alfaiate; na Calçada de Cima, um sombreiro: o Sebastião Careca;

no Terreiro da Cadeia, uma confeitadeira: a Angela de Freitas, e, na Rua do Gado, o Pascoal de Freitas; estalajadeiros, vários, na Praça do Peixe, no Tournal, na Fonte Nova; vários cutileiros e penteeiros na Rua do Cano; correeiros e soleiros na Rua de Trás-o-Muro; ourives, na Rua das Flores; mercadores (contei mais de 12) e alfaiates na Rua dos Mercadores; o Manuel Gonçalves *sergieiro*... e tecelões, ferreiros, pedreiros, ferradores, rendeiros, violeiros, moleiros, banheiros, sapateiros, pintores, marchantes, bate-folhas, carpinteiros, mesteirais, tendeiros, surradores, barbeiros, vendeiros, boticários, doceiros, torneiros, espingardeiros, puntilheiros, serradores, sirgueiros...

Típicos, certos nomes de ruas: a da *Infesta*, o *Terreiro das Freiras*, a dos *Fornos*, a do *Mestre-Escola*, a do *Gado*, a de *Vale-de-Donas*, o *Eirado do Forno*, a da *Tulha*, a dos *Mercadores*, as *Hortas do Dom-Prior*, a das *Pretas*, a da *Ramada*, a das *Molianas*, a dos *Açougues*, a dos *Gatos*, onde o velho Padre Leandro de Castro ensinava gramática...

São reorganizados os Estatutos dos *Sirgueiros* (24-Novembro-1764), dos *Cutileiros e banheiros* (11-Fevereiro-1778), o regimento dos *Pasteleiros* (9-Agosto-1730)...

Conventos... Cartas de brasão... O Corregedor, o Alcaide, o Alcaide-pequeno, os almotacéis, o Monteiro-mor da Vila e Termo, o Juiz de Fora, o Procurador do Concelho, os Vereadores...

Dois cháfarizes — o do Tournal e o da Praça, e várias fontes — a da Rua Nova das Oliveiras e das Lagens, por baixo do Oratório do Senhor, a das Dominicás, a da Rua da Fonte Nova, a dos Passarinhos, a do Abade, ao Campo da Feira... e pensou-se na construção de caleiros para a condução da água da Serra.

Nos dias de procissões era proibido andarem porcos nas ruas. Prescreveu-se sobre o cultivo da sêda e a plantação de amoreiras. As portas da Vila, já desnecessárias, caíam de podres... (Foram mandadas arrancar por deliberação da Vereação, tomada em 27-Fevereiro-1765). O Cabido consegue autorização para demolir a Torre da Senhora da Guia (1778) e concorda também a Vereação com o Provedor na demolição da Torre da Senhora da Piedade (1793).

Como por tôda a parte, o século XVIII trouxe a Guimarães transformações profundas no seu aspecto architectónico, na sua vida económica — em vários sectores a entrar em decadência, noutros prosperante —, nas suas relações sociais e até mesmo nos seus costumes domésticos.

Em 1793, depois de intenso reflectimento sôbre alvitres, pareceres e critérios, começa a demolir-se o muro do Toural <sup>(14)</sup>, logo a Tôrre da S.<sup>a</sup> da Piedade. No ano seguinte muda-se, a requerimento dos moradores da Rua dos Mercadores, a Feira do Pão, do Toural para a Praça da Oliveira, o que levanta discussão tremenda, longas representações, um prélio ingente <sup>(15)</sup>. E, em Julho de 1798, a execução da Provisão de 25 de Janeiro de 1793, mandou-se que, em 8 dias, sob pena de 6 mil reis, fôssem tiradas tôdas as rótulas e crivos das janelas e sacadas, e ficassem sòmente os peitoris, «pois faziam as habitações escuras, não deixavam entrar o ar puro e deturpam o prospecto público» <sup>(16)</sup>.

Quantas seriam? Não sei, mas creio que, nesses dias, Guimarães, em várias das suas ruas e largos, mudou de fisionomia. Pobres rótulas e crivos! Davam ao interior das casas recolhimento afogado e soturno; eram, para moças donairosas, a tirânica discreção das grades conventuais; vinha, mansa e lenta, a clara luz vivificadora; e, coado, impedido, custoso, o ar livre das rajadas montesinhas, do vento uivante, do arrepio soluçoso das aguadas. Mas ali, naquele silêncio mais velado e calmo, com o edentrar-se mais cada um em si mesmo, se tinha vivido a vida, que era, então, para o modesto vimaranense, mais íntima e familiar, mais cheia de cuidados do espírito, e propensa aos do encarceramento dos filhos no penoso trânsito do mundo... se tinha vivido a vida no labor do dia a dia, como no baloiço pendulado do relógio, a aperfeiçoar-se a obra das mãos calejadas ou da inteligência insatisfeita, a defender a própria austeridade do carácter, a tinger as mazelas da adversidade com redobrados esforços, a prever os riscos infinitos da incerteza... ali se vivera a vida do trabalho e do amor — e não eram menos fortes, arejadas, claras as suas alegrias, nem menos intensas, doridas, lancinantes, as suas lágrimas e os

seus gritos. Destaiparam-se as rótulas e os crivos e pelas janelas entrou o sol e o ar — entrou o novo século com a sua nova civilização, mas com a chaciante tragédia dos seus longos anos cruéis: as invasões, as guerras civis, o terrível dissídio entre irmãos do mesmo lar.

Nos últimos anos de XVIII e nos primeiros de XIX, estabeleceram-se em Guimarães algumas casas comerciais, que perduraram na mesma família até nossos dias, e por isso, em 1940, quando das memoráveis Festas da Pátria, comemoraram também o seu pequeno Centenário. São elas: Manuel Pinheiro Guimarães & C.<sup>a</sup>, Sucessores, fundada em 1798 por José de Castro Sampaio; Ourivesaria Fernandes, já existente em 1812 em mãos de João António Fernandes Viegas; a Padaria da Maria Joana, fundada em 1813; a Casa do Mercador do Poço, ou Casa do Braga, de António Alves Martins Pereira, fundada por António José Vieira da Costa, e cujo primeiro livro comercial é de Março de 1839; e a de Manuel da Cunha Machado, Filhos, fundada, ou melhor tomada em hasta pública por Joaquim José de Azevedo Machado, em Maio de 1839.

A casa fundada por José de Castro Sampaio manteve-se na família Castro Sampaio até 1875, mas já dez anos antes para ela entrara como empregado Domingos Martins Fernandes, que ficou associado em 1869 e, pela dissolução da firma Castro Sampaio & C.<sup>a</sup>, naquele ano de 1875, na família Martins Fernandes (47).

António José Ferreira Leão, que casara com uma filha de João António Fernandes Viegas, toma de trespasse a ourivesaria em 1816; com uma filha de António José Ferreira Leão casa Manuel Joaquim da Cruz, que lhe vem a suceder no estabelecimento, como a êste sucede seu genro António José Fernandes (48).

Da Padaria da Maria Joana, a S. Lásaro, toma conta, à sua morte, Jacinto da Silva Guimarães, a quem sucede sua espôsa Joana Maria da Silva e a esta, em 1874, seu filho Eduardo da Silva Guimarães (49).

Em 1871, António José Vieira da Costa, o mer-

cador do Poço, trespassa a sua casa comercial a seu sobrinho António José da Costa Braga, que a transfere para o magnífico prédio aonde ainda hoje se encontra instalada, e, em 1900, a passa a seu cunhado e empregado António Alves Martins Pereira (20).

Joaquim José de Azevedo Machado, que, primeiro, vivera associado com Custódio José Fernandes Guimarães, sob a firma Fernandes & Azevedo, trespassa, ao cabo de 36 anos, a casa comercial a seu genro Joaquim António da Cunha Guimarães, a quem sucede a Viúva D. Maria de Azevedo Machado, a esta seu filho Manuel da Cunha Machado, que ainda vivo a trespassa também a seus filhos (21).

A vida comercial regia-se por uma disciplina apertadamente severa, que hoje, tão mudados os tempos, se nos afigura por vezes até mesmo despiadosa. Mas de que não eram despiadosos mas antes profundamente humanitários êsses homens de então, comprova-o irrefragavelmente a assistência que prestaram em vida e por sua morte a tôdas as nossas Instituições de beneficência e caridade. E' que, nesse tempo, ainda não distante, e como perdido já em bruma remota, amealhava-se penosamente, à custa de muitas restrições e de operoso trabalho, e pensava-se, porque é sempre generoso quem trabalha, na melhoria do bem-estar comum.

Para vingar e ser, na verdade, comerciante, condigno ao nome, era preciso, antes de mais, ser honesto e marcar essa honestidade — uma honestidade ordenada, constante, sempre alerta e firme. Os outros, talvez muitos — a ânsia do lucro foi sempre má conselheira —, eram apenas adventícios, e quasi sempre desleais.

Extinto pelos Filipes o Consulado do Comércio, criado pelo Cardeal-Rei, instituíra-se a Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio, incorporada na Confraria da Senhora da Pedreira; formara-se, depois, a Junta de Comércio, que é elevada a Tribunal Especial de Comércio em 1878. O vintista Ferreira Borges organiza o Código Comercial de 1833.

A autonomia jurídica destas Instituições não é só

o índice positivo do crescente valor e alcance da vida comercial, como do carácter dos homens de negócio. E, dos nossos, Alberto V. Braga, o meu querido Alberto Braga, em o 6.º opúsculo — *Feiras e Mercados* — das suas preciosas *Curiosidades de Guimarães* traçou, em linhas admiráveis, um retrato esplêndido de precisão, nitidez e colorido.

Letras mortas de Livros de Assentos — os Borrões ou Borradores da escrituração —, pergaminhos das casas comerciais, podem falar-nos desses tempos como páginas ainda vivas.

(Continua).

EDUARDO D'ALMEIDA.